

## **POR QUE É NECESSÁRIA UMA EDUCAÇÃO SOCIALISTA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS?**

WHY IS A SOCIALIST EDUCATION NECESSARY IN QUILOMBO COMMUNITIES?

**Fábio José Brito dos Santos**

Mestre em Educação, (FCU), Mestrando em Ciências da Religião – PPGCR – Universidade do Estado do Pará – UEPA, Licenciado em Pedagogia e Geografia, especialista em Educação Global, Desenvolvimento Humano e Gestão da Inovação, Professor atuante na Educação Básica, Altamira- Pará, e-mail: [fabyosantos819@gmail.com](mailto:fabyosantos819@gmail.com)

**Andréa Cristina dos Santos e Silva**

Administradora, Fisioterapeuta, Especialista em Neurociências e Gestão em Saúde, Mestranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM - Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém Pará, e-mail: [andreasilva.fisio@gmail.com](mailto:andreasilva.fisio@gmail.com)

### **RESUMO**

O estudo ressalta a emergência de uma educação pedagógica socialista para os educandos das comunidades quilombolas, uma vez que os currículos de ensino desses grupos são fundamentados com modelos urbanísticos e capitalistas, tal como difere completamente da realidade do público que forma esse conjunto de pessoas que lutam secularmente por uma ovação de suas identidades mais digna e respeitável, reconhecendo suas raízes como indispensáveis da formação escolar e humana. O objetivo geral deste artigo é explicar a importância da educação socialista para as comunidades quilombolas. Esta abordagem de pesquisa é categorizada como qualitativa, dispoendo de uma revisão bibliográfica, na qual levantamos uma série de autores marxistas especializados nesta temática de organização e mobilização popular, que a partir de então realizou-se uma análise atrelada aos fatos. Por fim constatou-se que a precisão da pedagogia socialista, implantada na Revolução Russa de 1917 é o artifício para uma educação emancipatória, que legitime um ensino baseado na autenticidade sapiente da matriz negra e trabalhadora, transformando uma sociedade mais democrática com as minorias oprimidas.

**Palavras-chave:** Educação; Quilombolas; Pedagogia Socialista; Currículo.

## ABSTRACT

The study emphasizes the emergence of a socialist pedagogical education for students from quilombola communities, since the teaching curricula of these groups are based on urbanistic and capitalist models, as completely different from the reality of the public that forms this group of people who struggle secularly for an ovation of their most dignified and respectable identities, recognizing their roots as indispensable of the scholastic and human. The general objective of this article is to explain the importance of socialist education for quilombola communities. This research approach is categorized as qualitative, available from a bibliographic review, in which we raised a series of Marxist authors specialized in this theme of organization and popular mobilization, which from then on carried out an analysis linked to the facts. Finally, it was verified that the precision of the socialist pedagogy, implanted in the Russian Revolution of 1917, is the artifice for an emancipatory education, which legitimizes a teaching based on the wise security of the black and working matrix, a more democratic society with the oppressed minorities.

**Keywords:** Education; Quilombolas; Socialist Pedagogy; Resume.

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira já atravessou muitas épocas, na qual muitas variações pedagógicas se instalaram no modelo de ensino, mesmo com a chegada das tendências progressistas no campo didático, percebemos que os vieses tradicionais até hoje tomam o espaço curricular. É neste apontamento que as comunidades mais vulneráveis se deparam com formatos de ensino que não tomam um partido que interessam os quilombos, mesmo com uma legislação que ampare um currículo adaptável a realidade dos alunados.

A visão capitalista pautada em uma única fórmula de aprender e ensinar vai contramão a sabedoria das comunidades tradicionais espalhadas no Brasil. Assim a pedagogia socialista que tem como referência os pensamentos marxistas, afirma que essa reversão só é possível com mobilização comunitária e social, tornando-os esses indivíduos capazes de reforçar seus direitos, na exigência de metodologias e ensinamentos alinhados a suas peculiaridades culturais, sociais e econômicas de cada região, combatendo o modelo obsoleto da classe dominante.

O tema se delimita no aspecto de comprovar a emergência da pedagogia socialista, tendo como base a opressão curricular e institucional no sistema de ensino, a vista da modalidade da educação quilombolas, problematizando que na prática curricular ainda é

grava a recusa dos saberes prévios dos povos tradicionais, garantindo constitucionalmente.

O estudo apresenta as tais hipóteses: As incoerências do currículo real das escolas quilombolas defasa um aprendizado fidedigno com a identidade local; a pedagogia socialista é uma alternativa para reestrutura de um ensino democrático.

O objetivo geral é explicar a importância da educação socialista para as comunidades quilombolas. Dessa forma segue os objetivos específicos: Classificar a educação quilombola como um ensino oprimido; justificar a pedagogia socialista como essencial nesta luta de classe. O trabalho se torna relevante para a comunidade acadêmica, sendo que é direcionado a famílias e populações de vulnerabilidade social e econômica, que em sua maioria pouco exigem atuação do estado em políticas públicas e sociais, ficando ausente das decisões, tomadas de voz e poder.

Metodologicamente o estudo faz em procedimento é de uma revisão bibliográfica, usando autores tanto clássicos quanto modernos, ressalta-se alguns: Marx (1993); Brandão e Jorge (2018); O'Dwyer (1995); Freitas, Sapelli e Caldart (2013) e entre outros presentes no decorrer do desenvolvimento.

A estruturação do artigo está em ordem comum: Introdução, desenvolvimento que se fundamenta e dois subcapítulos, primeiramente conceituando quem são os quilombolas e suas lutas intensas, no segundo explorando a atuação da pedagogia socialista, encerrando com conclusão e referências.

## **QUEM SÃO OS QUILOMBOLAS? E QUAIS SUAS LUTAS?**

As dimensões continentais do Brasil, não são apenas geográficas, mas certamente em todas seus eixos informativos e identitária, carregando consigo uma imensurável diferença cultural, tornando-o uma nação com os mais diversos perfis étnicos culturais. Historicamente o gigante sul-americano não está sozinho na presença firme da população negra. Conforme os dados do Programa Brasil Quilombola (PBQ) estima-se que 40% dos africanos escravizados se destinaram ao Brasil, com isso 60% foram distribuídos em outros países latinos e, desde o início do sistema escravista foram formados quilombos, das mais variadas culturas. De acordo com PBQ (2007, p. 11):

Vale ressaltar que essa experiência não é apenas brasileira. A organização de quilombos se fez presente nas diversas regiões das Américas, nas quais o regime

escravista se estruturou. O primeiro deles é datado de 1522, na ilha de Hispaniola. As Comunidades Quilombolas receberam vários nomes nas diversas regiões do Novo Mundo: Quilombos, mocambeiros ou Mocambos no Brasil; Palenques na Colômbia e em Cuba; Cumbes na Venezuela; Maroons no Haiti, Jamaica e nas demais ilhas do Caribe francês (BRASIL, 2007, p. 11).

Esse colonialismo escravocrata e opressor, se estende até hoje, mas de forma institucional e político educacional, desrespeitando e renegando o conhecimento natural das comunidades remanescente de escravos, chamados orgulhosamente e comumente no Brasil de “quilombolas”. Indubitavelmente, a educação das comunidades quilombolas atualmente sofre resquício das tendências pedagógicas liberais, que não reconhecem os saberes genuínos de cada população, especialmente aqueles viventes em localizações geograficamente distante dos grandes núcleos urbanos, conceituados como grupos minoritários, que geralmente são vistos como comunidades leigas e desvalidas pelo Estado.

Do ponto de vista legislativo Brasil (2012), rege que a Educação Escolar Quilombola (EEQ) é uma modalidade de ensino que deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em territórios quilombolas, ou que atendam estudantes oriundos destes, nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Desse modo, Brasil (2003), expõe que a Educação Escolar Quilombola no Brasil surgiu das contradições sociais e pressões contra as políticas neoliberais.

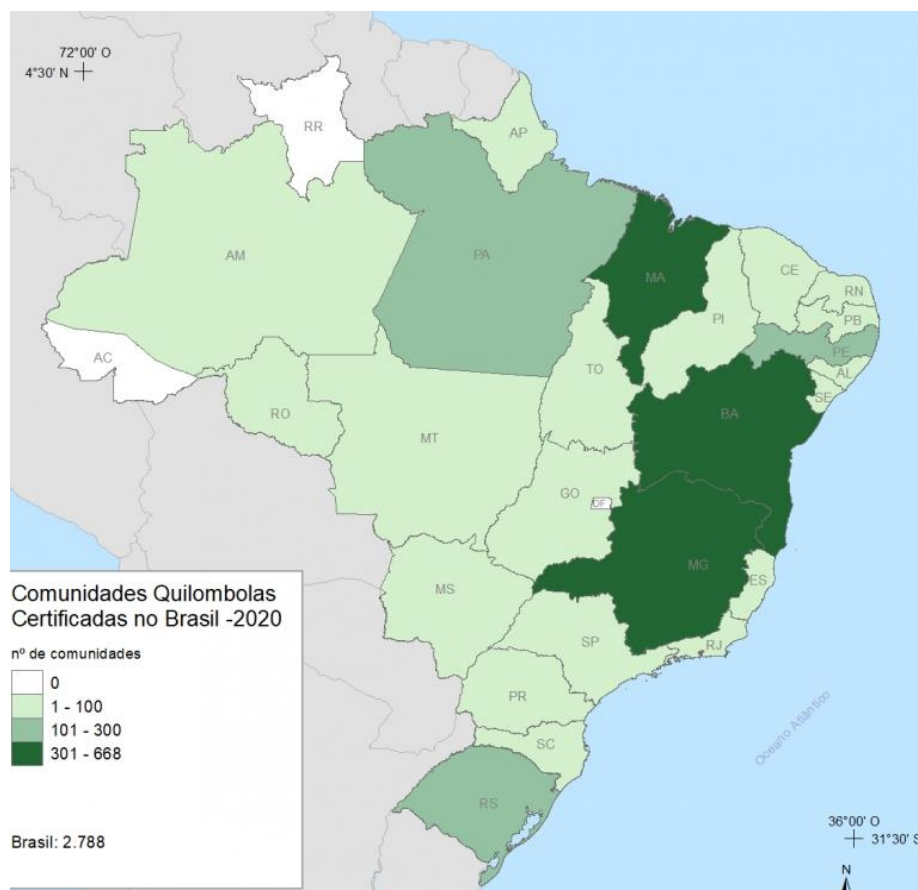
Essa modalidade que é vindoura também da educação do campo, é justamente para quebrar o paradigma de uma educação baseada nas estruturas urbanas, tida como um ensino urbanizado, causadora de conflitos de ideais e saberes, defendidas por aqueles que não tinham conhecimento prévio da valorização do currículo adaptado, se negando a reconhecer uma sociedade heterogênea e consolidando cidadãos oprimidos e domados politicamente. Outra definição de quilombos encontra-se presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), e de acordo com O'Dwyer (1995, p. 2):

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Vem sendo ressemantizada para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por

tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo.

Inegavelmente, os quilombolas nos dias de hoje estão mais atrelados as mobilizações sociais, do que outras pautas secundárias, não menos importante. Ademais, no final do século XX que esses grupos passaram a se organizar e cobrar mais participação popular e políticas públicas na educação, colocando a negritude cultural como parâmetro de ensino. No Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, garante o direito à propriedade definitiva às comunidades quilombolas que estivessem ocupando suas terras, e se caracteriza como norma de direito fundamental, uma vez que não apresenta marco temporal quanto à antiguidade da ocupação, nem determina que haja uma coincidência entre a ocupação originária e atual.

De acordo com (BRASIL, 2007), a ação reparadora do Estado, o Governo Federal fez um mapeamento em 2002, onde constatou a existência de setecentos e quarenta e três (743) quilombos. Atualmente, este número subiu para três mil quinhentos e vinte e quatro (3.524) comunidades quilombolas, devido ao seu processo de autorreconhecimento, a partir das políticas provindas do Programa Brasil Quilombola. Destas, um mil trezentos e quarenta e duas (1.342) foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares.



**Figura 1 – Mapa de certificação das comunidades quilombolas no Brasil**

Fonte: Fundação Palmares, (2020).

A luta por um estado de direito perpassa todas as lutas e conquistas por território, ao longo dos anos 2000, a educação brasileira passou por muitas adequações e remodelações, inclusive de amparo a um ensino diferenciado, é certo que a educação quilombola nunca foi uma meta atingida inteiramente, outrossim obteve momentos de equilíbrio e ascensão.

No entanto, como dispõe Brandão e Jorge (2018), o Brasil vive desde 2016 sob o impacto de forte retomada conservadora, que luta para deslegitimar os avanços legais obtidos em forma de direitos, a partir da constituição de 1988, no campo das relações políticas em geral e das práticas estatais em particular, esse quadro tem gerado consequências para as comunidades negras que se organizam politicamente em torno de uma identidade quilombola.

As políticas avessas a realidade das comunidades quilombolas, contraria completamente direitos básicos dessas comunidades tradicionais, que cada vez mais

correm risco de recusarem seus próprios saberes, até mesmo de desaparecerem a longo prazo. O factível, para Duarte (2008), que na verdade as políticas públicas deveriam ser definidas como formas concretas de implementação das diretrizes constitucionais para a efetividade de um determinado direito, que necessariamente se materializa na responsabilidade do Estado em atender aos direitos do homem camponês quilombola.

Compreendo o aspecto de ausência de políticas públicas reais, que envolvam uma educação de qualidade e valorizem as diferenças de determinados grupos em seus costumes, culturas, tradições e modos de viver, recriando suas origens para que dessa forma a emancipação aconteça firmemente com as comunidades locais. Nesta vertente afirmada é necessário instaurarmos um dos clássicos de estudos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, as ideias de Marx no final do século XIX, parti da preposição de que “a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX, 1977, p. 66).

A concepção daqueles que governam o Estado nunca foi centrada nas classes minoritárias, levando em consideração suas formas de conviver e se organizar. A educação brasileira é uma prova disso, apesar dos currículos diversificados estarem amparados na legislação sabemos que na prática não é dessa forma que é sustentando. Os indivíduos mais pobres nunca serão modelos para quaisquer sistemas ou bases modeladas, pela mesma razão que os nossos representantes em sua maioria esmagadora são provenientes do topo da pirâmide social.

Sobre isso, Marx (1993) afirmou que é através da expansão da propriedade privada em relação à comunidade, que o Estado adquiriu uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas, este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. A função do Estado está para defender os interesses das classes dominantes por meio de seus instrumentos de regulação: sistema jurídico e o aparato militar e policial. O Estado está estruturado nas sociedades capitalistas em função do capital.

Similarmente a lida por condições legais e acessíveis ao conhecimento da matriz negra deve se atrelar às pautas populares, nas exigências e encontros ao modelo educacional elitista. Por conseguinte Marx (1993), esclarece que não existe conciliação entre a elite aqui representada também, pelo Estado e a classe trabalhadora, pois, seus interesses estão em direções completamente diferentes.

## A EMERGÊNCIA DA PEDAGOGIA SOCIALISTA

O modelo pedagógico socialista, foi implantado após a Revolução Russa de 1917, com ideias do professor ucraniano Makarenko e a educadora revolucionária Nadezhda Krupskaya, que propôs uma educação baseada na emancipação social, substituindo à escola burguesa por um perfil mais populista, implementando a prevalência da coletividade e valorização do trabalho integrado. Essa pedagogia foi o alicerce primordial para a reforma brusca que URSS aplicou na Rússia e os países satélites do então bloco econômico da época.



**Figura 2 – Nadezhda Krupskaya emancipando militares e camponeses**

Fonte: Jornal Verdade

De modo, a pedagogia socialista, conceituada e desenvolvida durante o período revolucionário russo, é sem dúvidas resultado do pensamento marxista com viés na educação. Ademais, na avaliação de Suchodolski (1976):

[...] vinculada aos princípios do materialismo dialético e histórico e à luta revolucionária da classe trabalhadora pela sociedade socialista representa uma pedagogia qualitativamente nova. [...] Expressa as necessidades das massas oprimidas e liberta-as dos seus aspectos utópicos e ilusórios. Dá a pedagogia a arma da filosofia materialista e apoia-se na organização do proletariado em luta (SUCHODOLSKI, 1976, p. 146).

Ressaltou-se acima, o funcionamento socialista educacional, incluindo seus aspectos mais comuns, visto que a organização do proletariado envolve todos os outros princípios apresentados. Tendo em vista o momento que a educação quilombola atravessa, a qual a desvalorização do ser humano como ser pensante e é tipicamente normalizada, causando uma desvalorização das próprias práticas que a constituem, tais como: trabalho, cultura, heterogeneidade e diversificação dos modos de vida humana. Diante disso, Suchodolski (1976) afirma explicitamente que:

Só na revolução socialista poderá focar de um modo prático o problema da educação do homem para o trabalho e através do trabalho de tal forma que o trabalho não limite o homem, mas pelo contrário, desenvolva em todos os seus aspectos (SUCHODOLSKI, 1976, p. 26).

Conforme descrito, é notório que a única saída dessas comunidades, é a mobilização popular como forma de garantia de direitos, assim a educação se torna com a essência e anseios da matriz negra. Baseado nos conteúdos e vivência comuns. Para Carvalho (2005), a análise leninista de educação eleva a compreensão da teoria pedagógica socialista. Isso porque:

[...] uma teoria da educação segundo a qual o ato de educar é um ato político, a prática social do educador não é neutra, mas vazada por uma teoria reacionária ou por uma teoria revolucionária, isto é, ela circunscreve-se no âmbito da prática reacionária ou prática revolucionária (CARVALHO, 2005, p. 113).

A educação jamais foi neutra, partindo desse pressuposto é verídico que os interesses sempre foram da classe dominante, tudo que o Estado capitalista oferta é formatado de modo que suas metas sejam alcançadas, independentemente de como advém, seja com opressão, exclusão e negação cultural, ou seja, há um preço a pagar. Em uma pedagogia que valorize os saberes regionais e locais a “[...] educação é pensada no plano da formação humana e não apenas da instrução ou mesmo do acesso ao conjunto de produção cultural de uma sociedade. Educação é, em síntese, um processo intencional”. (FREITAS; SAPELLI, CALDART, 2013, p. 13).

No interior da intencionalidade da educação, a participação da comunidade escolar é precisa, sem deixar de lado as necessidades individuais e coletivas. Santos (2016) ressalta ainda a relevância dos debates e das lutas dos trabalhadores do campo para tornarem

realidade seus direitos a uma educação que atenda às suas especificidades, tornando-os sujeitos do campo e construtores da própria história onde residem.

As discussões são princípios cruciais para inserir uma escola aberta em que o público-alvo reconheça as suas memórias e histórias, aderindo debates mais regionalizados, com conteúdo que se aproximam da realidade de seu grupo étnico. Assim, concordamos com Caldart (2011) que diz haver uma:

[...] contribuição específica e importante dos movimentos sociais dos camponeses para pensar a educação e a escola, sobretudo pela exigência da rediscussão do projeto formativo das novas gerações de trabalhadores e, portanto, das finalidades das práticas educativas que os tomem como sujeitos (CALDART, 2011, p. 150).

Os movimentos sociais carregam uma responsabilidade imensurável, no objetivo construção da conscientização dos grupos mais vulneráveis, voltando para as comunidades quilombolas temos por exemplos as associações, cooperações e sindicatos que influenciam arduamente nas escolas e outras instituições, prezando pela inclusão de todos, laicidade de todas as repartições públicas. Sendo assim resulta em uma escola única, com currículos direcionados a modalidade educacional adaptada, conforme relata Manacorda (1989):

Plena realização dos princípios da escola única do trabalho, com ensino de língua materna, com o estudo comum das crianças dos dois sexos, absolutamente laica, livre de qualquer influência religiosa, que concretize uma estrita ligação do ensino com o trabalho socialmente produtivo, que prepare membros plenamente desenvolvidos para a sociedade comunista (MANACORDA, 1989, p. 314-315).

A laicidade e liberdade de aprender e ensinar é um dos fundamentos chaves, para uma educação que respeite a originalidade de cada seguimento de ensino, decerto que as formas de pensamento em suas mais vastas formas de se expressar, desenvolve os conhecimentos e imprimir uma realidade concreta de seu povo.

Correspondentemente Dalmagro (2010) garante que a pedagogia socialista é responsável na forma de estruturar uma escola com tais fatores (trabalho, organização estudantil, tempo educativo), assim como Freire teve também um peso nas definições desses mesmos métodos, considerando as vivências do educando, trazendo o seu universo para sua escola, jamais existindo saberes desimportantes.

É evidente, que a necessidade de uma reformulação na educação quilombola estremece todas as bases da classe dominante, porém jamais foi facilitado na forma política.

Dado que, os saberes e conhecimentos genuínos estejam presentes como necessidade e não por obrigação, sendo que Nogueira (1990) afirma que a pedagogia socialista, não se resume apenas ao acesso e enfrentamento de educação reprodutiva, mas verdadeiramente que a sapiência desses grupos sejam sinônimos de ciência e tecnologia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos fatos mencionados, acusamos que os objetivos propostos foram atingidos assim como as hipóteses foram validadas, sendo que a educação quilombo é uma pauta prioritária para os povos que vivem há séculos com pouco investimento e reconhecimento do Estado, assim como as tais intervenções que ocorrem sempre favorecem a classe dominante, desde as estruturas mais simples como até mesmo o cotidiano de quem vive ali.

É fato que todo trabalho acadêmico não é inteiramente complexo e restrito apenas há uma análise, contudo espero que outros pesquisadores venham futuramente explanar essa temática tão fundamental com os grupos de baixo poder aquisitivo, que então os quilombolas estão presentes.

## **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, A. A.; JORGE, A. L. **Congresso conservador e ameaças aos direitos dos quilombolas**. Revista de Políticas Públicas, Maranhão, v. 22, n. 2, p. 711-731, out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.261/2007. **Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola** no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2007a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639/03. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas- Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF: MEC, 2012.

CALDART, Roseli Salete e Bernadete Schwaab. **O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo**. In: GENTILI, Pablo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). A cidadania 208 negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Máuri de. Lenin, educação e consciência socialista. In: LOMBARDI, José

SAVIANI, Demerval (orgs.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

DALMAGRO, Sandra. **A escola no contexto das lutas do MST**. 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos; SAPELLI, Marlene & CALDART, Roseli (orgs.). **Plano de estudos**. Cascavel – Paraná, 2013.

MANACORDA, Mário A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A ideologia Alemã: Teses de Freubach**. São Paulo: AlfaÔmega, 1994.

MARK, Karl. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. São Paulo MartinsFontes, 1977.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação Saber, Produção em Marx e Engels**. São Paulo: Autores Associados, 1990.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). **Remanescentes de quilombos no Brasil. Boletim da ABA - Terras de Quilombos**. Rio de Janeiro, ABA/CFCH/UFRJ, jul. 1995.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo) desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: movimentos sociais e reforma agrária do consenso**. Curitiba: CRV, 2016.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Fundamentos de pedagogia socialista**. Barcelona, Editorial Laia, 1976.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Autor 1:** Professor efetivo da Prefeitura Municipal de Altamira-Pará, Mestre em Educação (FCU), ingressou no Nível Superior aos 16 anos de idade, Concluiu Graduação em Pedagogia pela Faculdade Kurios, Licenciatura Plena em Geografia (UNIFAVENI), cursa Educação Física (UEPA) - Universidade do Estado do Pará, Ciências da Religião (FCE), Mestrando em Ciências da Religião- PPGCR - UEPA, possui as seguintes especialidades: Educação Global, desenvolvimento e gestão da inovação; Educação especial - Libras; Gestão e Coordenação Escolar; Docência do Ensino Superior e Alfabetização e Letramento. Pesquisa voltada as comunidades quilombolas com temática voltadas a educação, marxismo e religiosidade na Amazônia. e-mail: fabyosantos819@gmail.com

**Autor 2:** Administradora, Bacharel em Administração graduação UFPA (2011), Especialista em Gestão Pública em Saúde pela UFPA (2016) e Neurociências pela UFPA (1997), Fisioterapeuta (1995) graduada pela UEPA. Pesquisas em atuação realizadas na área de psicologia do comportamento e rede de serviços em saúde, assim como participante no

mestrado profissional no grupo de pesquisa de avaliação e grandes projetos na Amazônia (GAAGPAM/NUMA/UFPA). Participação no controle social, como Presidente no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência finalidade de fiscalização e projetos no referido enfoque. Execução de atividades como fisioterapeuta compondo o núcleo ampliado de apoio à família (NASF), Coordenação no Centro de Reabilitação Física de Igarapé-Miri (CREFIM). Em exercício do cargo de Administradora na Secretaria Municipal de Assistência Social de Barcarena (SEMAS), vinculada a vigilância Socioassistencial com ênfase em vulnerabilidades e riscos de famílias impactadas; implementando estratégias aos projetos sociais, assim como análise, controle, monitoramento e efetividade dos serviços públicos. Em execução como Administradora na Secretaria de Meio Ambiente e desenvolvimento Econômico (SEMADE) as atividades referentes a área educação e proteção ambiental, agenda ambiental na administração pública (A3P). e-mail: andreasilva.fisio@gmail.com